ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 18/2025

(Plenária virtual)

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, virtualmente, através da plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**;

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio)**;

Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Débora, **Fundação O Pão dos Pobres**;

Eduarda RoosEnes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**;

Lisete Aparecida da Silva Felippe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**;

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**;

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**;

Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;**

Sandra Regina Castro de Aguiar e Magda Fontoura Vieira, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**;

Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS.**

DEMAIS PRESENTES:

Cristiane Catarina Fagundes, **Procuradora do Município de Porto Alegre**; Rochele Scott Marinho Neves, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**; Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Vamos iniciar mais uma plenária para a gente poder organizar. Hoje nós temos a presença da Doutora Cristine Catarina, da PGM, que não é mais PGM, agora é outro nome. A gente já tinha alguns pontos que trouxemos na semana passada e passamos para ela. Queríamos ver se vocês querem fazer algum apontamento antes ou já passamos para ela, para poder ver os retornos, algumas coisas que já podemos estar trazendo. Algum apontamento antes? Não? Então, Doutora, por favor. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Boa tarde a todos e a todas. Eu estou aqui, fruto de algumas reuniões que nós fizemos e no ano passado também fazíamos, no sentido de uma aproximação cada vez maior com o conselho, de modo que a gente possa orientar antes de eventuais problemas acontecerem. Eu sou a procuradora responsável pelos pareceres jurídicos e orientações jurídicas da Secretaria e nós temos uma realidade bem interessante nos conselhos, na relação dos conselhos com a secretaria, que é um procedimento de políticas públicas que começa com o conselho, com as definições que são a competência do conselho, especialmente relativas ao fundo, e que depois passam por uma contratualização via município, via secretaria. Então, nós temos aí, dentro da política pública, afora outras

competências, evidentemente, que são exclusivas do conselho e outras que são próprias da secretaria, um ponto de intersecção, um ponto em comum dessa parte específica das políticas públicas que envolvem os fundos, que passam pela definição das políticas pelo conselho e depois passam por uma contratualização, quer dizer, pela assinatura dos termos de parceria com a secretaria, entre a OSC e a secretaria, ou eventualmente uma contratação, enfim, vai passar pela secretaria. A nossa ideia tem sido conversar e se aproximar o máximo possível do conselho, para que não se comece a fazer todo um trabalho que depois, por alguma legislação, não seja possível de realizar. Estou falando em um tom mais genérico, no sentido de dizer que eu quero estar aqui presente para isso. Vocês têm a expertise, vocês são o ponto principal, o focal de vocês são as políticas públicas. Não é saber as leis, não é saber, porque não é esse o objetivo, ninguém consegue saber tudo. O objetivo, vocês são os melhores em fazer a política, em fazer os atendimentos. Como vai depender de uma contratualização jurídica com um órgão da administração pública, a minha parte vai ser orientar isso, para que a gente consiga fazer o fluxo sempre o mais rápido possível e o mais correto possível. Então, a ideia é de que eu possa estar no início, pelo menos, das reuniões, em uma periodicidade em geral quinzenal, mas aí, junto com a presidente Carol, a gente vai organizando as datas, enfim, e eu possa ouvi-los em relação a essas questões que envolvem o conselho. Então, para hoje, a Carol tinha me passado três assuntos: conversa sobre o novo decreto sobre esse GT, depois o edital do Itaú Social e outros semelhantes, e a questão das ações compensatórias. E tinha um processo que, Carol, aproveitando, você tinha me pedido, eu já despachei aquele da contratação da taquigrafia. Então, está resolvido. Bom, no primeiro assunto, eu falo de forma mais geral e depois abrimos para os conselheiros poderem conversar. Mas se quiserem falar qualquer coisa, por mim não tem problema. Se quiserem, é só abrir o áudio e falar, também não tem nenhum problema, porque às vezes, se não, perde. Às vezes, estou falando uma coisa e perdeu, então pode abrir o áudio e falar. Em relação ao novo decreto e ao GT, então, nós temos, como Secretaria, como município, a necessidade de uma série de regulamentações. E o secretário da SMIDH pediu que nós revisássemos para fazer uma regulação específica sobre o fluxo dos valores dos fundos. Não só do Fundo da Criança, mas são quatro fundos que a Secretaria tem ao total, então todos os fundos vão ser regulamentados. Principalmente na parte dos fluxos, dos trâmites, das documentações necessárias, até essa parte da burocracia dos próprios fundos, que são fundos públicos. A gente parte desse pressuposto. O fundo é público, de um dinheiro público, então nós precisamos regulamentar. Tem a lei da contabilidade pública, tem uma série de leis que se aplicam a esse fundo, que é um destaque dentro da lei

orçamentária. Bom, a partir daí a gente precisa de regulamentações, e esse é o objetivo. É claro que isso vai acabar impactando lá do início, porque, como a gente disse, vocês fazem o início da política: aprovação de projetos, início da captação. Então, o secretário entendeu por bem convidar os representantes do conselho. Ao que eu saiba, as reuniões vão começar na semana que vem ou na outra, mas está para começar agora. E a Rochele ficou de mandar um e-mail para nós, para todos os membros do grupo, para agendar esse dia de reuniões. E basicamente é isso. Então, vai se discutir os pontos desse decreto. Alguns pontos talvez pareçam um pouco distantes do conselho, porque o objetivo é regular o fundo, mas todos os pontos vão ser colocados. Foram levantadas uma série de questões a serem discutidas e aí vai ser realizado esse debate. E vai ter então alguém aqui do conselho, que eu acho que é você mesmo, Carol? Eu não vi o processo quem foi chamado. Tá, então a Carol vai ser a representante, então vai trazer para vocês essas discussões. Esse grupo de trabalho, então, vai levar para o secretário e vai tramitar, porque um decreto é uma legislação no sentido amplo, então vai ter que tramitar ali até ser aprovado. Não é assim, o grupo não vai decidir finalmente. Vai ter uma série de decisões e aí depois é que ele fica aprovado. Não sei se era isso, mas qualquer coisa... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É isso. Sobre o GT, na verdade, a gente vai ter... Fazendo uma reconstituição, nós tivemos uma proposta de um decreto e aí, dessa proposta de decreto, surgiram várias demandas. Então, com o secretário, a gente já tinha conversado para podermos alinhar algumas questões, e aí principalmente o fluxo, em que a gente também pediu que no próprio fundo os prazos sejam mais ágeis. Então, acho que nesse todo vai ser feito de uma forma mais tranquila. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** É, a ideia é essa e a ideia é que seja feito junto. A gente tem também a Controladoria, que vai estar participando. Porque, só para vocês terem uma ideia de como funciona: quando a gente faz uma parceria, por exemplo, a Secretaria junta as documentações. Então vamos lá, um projeto X, com captação, ou até um projeto que não tenha captação, vai para a assessoria da Secretaria, que envia para a Procuradoria, e aí eu faço uma análise inicial. Eu digo, ó, essa minuta está OK, este documento tem, este documento está faltando, enfim. Faço uma primeira análise e passo para a Secretaria. Esse é o papel da Procuradoria. Depois que a Secretaria junta o que está faltando, se estiver faltando alguma coisa, faz as assinaturas, começa a prestação de contas. Depois, esse mesmo processo vai para a Controladoria, que é outro órgão do município que verifica as correções, verifica se houve algum problema, porque depois esses contratos vão para o Tribunal de Contas, que daí é um

órgão externo que vai olhar depois também se cumpriram todas as leis. Então, cada parceria de vocês passa por pelo menos essas três análises. A primeira, anterior, prévia, que eu faço. Depois, uma análise posterior, interna ainda, que é da Controladoria, e depois uma com o Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas, depois, ele demora mais, porque tem que terminar a parceria, manda para lá, demora um pouco. Mas ele também verifica. Até eu recebi esta semana um processo de uma pessoa que esteve à frente de uma secretaria há 10 anos, e o Tribunal de Contas aplicou uma multa por um descumprimento de uma norma em um contrato, para a parceira e para a pessoa que estava na gestão da Secretaria. Então, 10 anos depois, entendeu? Mas aí é lá pelo Tribunal de Contas. Alguma coisa que ficou, passou da Procuradoria, passou da Controladoria e acabou sendo apontada lá pelo Tribunal de Contas. Então, tem muitos controles aí, muitos controles. E a ideia da gente é fazer as coisas da forma mais ágil possível, mas para que os próximos controles também não apontem. Em relação ao edital do Itaú, nós temos que pegar o processo. A gente comenta, eu não fiz a análise final ainda, mas eu queria principalmente perguntar algumas coisas, e aí acho que a gente podia pegar o processo. Em relação às ações compensatórias, essa é uma dívida que eu não despachei aquele processo ainda, Carol. Está tudo combinado, mas a gente ainda não deu esse start, mas isso é uma coisa que eu vou fazer. Eu preciso localizar, até vou pedir para a Valéria me ajudar daí com esse das ações compensatórias. Eu já estou com tudo bem organizado e eu faço. Acho que a gente podia fazer... Não sei se tem algum comentário, alguma pergunta, daí a gente pode... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, tranquilo. Podemos ir para a do Itaú. Sobre as ações compensatórias, só falta o seu despacho, na verdade. E só para trazer para o pessoal, a gente já conversou na plenária, mas as ações compensatórias são uma possibilidade de as instituições, em alguns momentos, fazerem uma devolução que não seja em dinheiro. E essas devoluções compensatórias são autorizadas pela Secretaria, não pelo CMDCA. E, principalmente, uma questão quando ela não causa prejuízo, prejuízo ao ente público, como a gente fala. Então, a ideia que a gente tinha conversado é que ela pudesse entrar também em um período de transição, porque principalmente as ações compensatórias que algumas instituições estão solicitando é ou em relação a algum erro na aplicação da Resolução 150, ou algum erro na aplicação do edital, aquele de 2022. Então, seria antes da data-corte que a gente fez ali, finalzinho de dezembro de 23. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** 23, exatamente. Eu até vou compartilhar a tela aqui, só para todos terem aqui. Se está muito pequeno, mas enfim. Esta aqui é a Lei 13.019. É

este parágrafo segundo aqui. Ele fala assim: 'Quando a prestação de contas for avaliada como irregular', então a ação compensatória é depois da prestação de contas e ela foi avaliada irregular. Tem recurso, é claro, mas o que a OSC pode pedir? Porque depois da prestação de contas, ela fez o recurso, não deu certo, então, ó, tem que devolver o valor X. Ela pode solicitar a autorização para que o ressarcimento ao erário, a devolução do dinheiro, seja promovido por essas ações compensatórias de interesse público, mediante, e aí que vem o problema, mediante a apresentação de um novo plano de trabalho, mas conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou fomento. Então, a ação compensatória é: precisa devolver tantos, tanto de valor, 20.000 tem que devolver. E o que diz? Pode fazer ações em vez de devolver o dinheiro? Pode. Mas diz: mediante a apresentação do novo plano com o mesmo objeto do termo de fomento original. O que significa isso? Se era um projeto de uma aula de dança, não precisa devolver em dinheiro, devolve em mais aulas de dança. Só que, muitos, a gente percebeu antes de dezembro de 23, não tinham um objeto tão bem delimitado. E aí fica impossível fazer o mesmo objeto. Porque às vezes é assim: comprar 3 ar-condicionados. Como é que eu vou fazer? Vou comprar mais um ar-condicionado? Mas a OSC não precisa mais, entenderam? Fica uma coisa meio absurda. E a lei diz que tem que ser só com o mesmo objeto, mas o problema era do objeto, que o objeto teria que ser um serviço específico. Então, tem que ser na área de atuação e um valor, a mensuração econômica tem que ser nos mesmos valores do plano de trabalho original. Então, é mais um motivo. Não posso fazer novos valores, tem que ser de acordo com aqueles valores originais. Então, nesse caso, a OSC, digamos, tem 3 salas, comprou 3 ar-condicionados, deu um problema, tem que fazer uma devolução. Como é que vai fazer? Vai comprar mais um ar? Não precisa. E o valor é de um ar-condicionado? Não funciona com objetos que não sejam os dos serviços de políticas públicas. Então, a ideia é abrir uma exceção para que, nos planos de trabalho, naqueles termos de colaboração e de fomento assinados antes de 2023, quando o termo de colaboração ou fomento foi assinado antes de 23, a gente possa flexibilizar o objeto. Possa ser um outro tipo de serviço para poder fazer a devolução, em outro tipo de serviço que não exatamente aquilo que era o objeto do termo de colaboração. Essa é a ideia, então, para poder permitir. Tem algumas OSCs que estão exatamente nessa situação, que estão com a prestação de contas irregular e que o termo de fomento ou colaboração foi anterior. Certo? Bom, aqui eu vou passar. Esse aqui é o processo. Vou falando aqui enquanto eu abro o mesmo processo do Itaú. Ação compensatória, ok? Alguma objeção, alguma observação? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**

do CMDCA: Tem uma mão levantada do Frei Luciano. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Primeiro, desculpe o atraso, não estava conseguindo entrar na sala, mas agora, graças a Deus. Procuradora, eu queria saber antes, se não teria a possibilidade também, em função de quando tem algum problema na prestação de conta que não houve má-fé, má-versão do recurso público, houve algum problema formal, não poderia se ter um mecanismo antes de penalizar a instituição com uma advertência de correção da situação, no sentido de ser algo mais educativo do que pedir, glosar e pedir para a instituição devolver com uma medida compensatória? **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Bom, isso existe. Em tese, sim, essa possibilidade existe. Mas isso, o pessoal da prestação de contas tem que dar uma olhada. Tem que olhar lá no manual de prestação de contas, quais são as situações, enfim. Em tese, sim, existe, mas isso é muito da Comissão de Avaliação. A Comissão de Avaliação é que faz essa, porque depende muito do caso prático. Assim, em tese, sim, no geral, sim. Mas tudo vai depender do caso prático específico. E aí, por isso, a questão do recurso. Por isso que a entidade tem a possibilidade de fazer um recurso, justamente para levar essa questão, dizer: "nesse caso específico, não houve má-fé, nesse caso específico, não houve prejuízo" e fazer uma alteração. Nesse sentido, é possível no geral. Agora, tem que ver bem qual é o caso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É, por isso que eu acho importante. Em alguns casos, a gente viu que alguns erros, falta nós criarmos um processo de formação mais qualificada com as instituições e, às vezes, o conselho, em alguns momentos, houve problemas de prazos que foram executados pela impossibilidade, às vezes, de o conselho repassar o recurso no tempo certo que estava no planejamento da instituição, atrasou muito e acabou gerando na aplicação. Estou falando de tipos de erros que eu acho que a gente poderia sanar e diminuiria, talvez, a necessidade de aplicar medidas compensatórias. É isso que eu estou. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** É, acho que isso pode, existe. Só tem que ver exatamente quais são os tipos de, enfim, depende muito do caso, como eu disse. Mas acho que eles fazem isso, sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sônia. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu acho que antes de lançar como uma conta irregular, uma prestação de contas irregular, muitas vezes o monitoramento ele já faz alguma menção antes, porque vocês prestam contas mensais ou bimestral ou trimestral, a cada repasse. Então, ali já vai. E, se não me falha a memória, tem notificações, entendeu, Frei? Talvez é acrescentar, eu penso que,

vamos supor, se o repasse, o atraso no repasse decorrer do poder público, a OSC pode vir a se ressarcir quando entrar aquele recurso. Mas aí, tudo também vai ter que estar no termo para evitar qualquer apontamento posterior para a OSC ou essa penalidade. Acho que daí dá para elaborar uma minuta padrão e que essa minuta padrão vai ser para todos e aí, claro, dependendo do objeto, enfim, do que for ali, a gente vai só adequar. Penso que é por aí. Hoje nós temos em termos de contrato os contratos padrão, contrato com cessão de mão de obra, contrato com obra. Tem uma minuta padrão e daí a gente adequa conforme aquele objeto. Talvez por aí a gente possa pensar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Tá bem, perfeito. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas já tem. Por exemplo, nesse caso de atraso da administração, já tem previsão da lei de compensar. Então, na verdade, eu acho que as parcerias já têm isso, já têm essa previsão. Mas o problema maior é adequar ao caso, porque daí é uma avaliação da comissão. Então, se olha, esse caso aqui, por causa desse objeto, por causa dessa ou dessa razão, é grave e aí realmente é uma glosa. E outros casos, não. Então, a previsão existe já. O que é importante é o exame de cada caso. Mas já existe e já é feito. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A comissão pode notificar com antecedência. Acho que isso já acontece também. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** No próprio sistema lá já aparece quando não é. Mais alguma observação? Porque veja, as ações compensatórias é quando é a prestação de contas final. Quer dizer, já passou o monitoramento, é lá na prestação final e é depois de fazer o recurso para a autoridade superior. Então é assim, no último dos últimos. Muita coisa antes já aconteceu, não é de repente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acredito que uma das questões que a gente tem bastante são as instituições que não prestaram contas dentro do prazo e aí estão prestando contas, por exemplo, lá de 24. Era para ter prestado contas em janeiro, estão prestando em dezembro ou estão prestando contas agora. Tem instituições que me procuraram que estão prestando contas agora e querem que abra a trava do SGP. E aí não vai abrir, porque já passou todos os prazos, até de recurso, de tudo. E aí isso é bem complicado. A gente tem, acho que umas 10 instituições nessa situação também. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Eu fiz, a gente, eu acho que é uma coisa para se pensar assim. Boa, Carol. Eu fiz uma parceria que não era do fundo, com certeza, que houve um problema desses, a entidade não tinha mais o prazo e foi feita uma mediação por meio da Central de Conciliação do município. E aí foram chamados as pessoas

da secretaria, pessoas da comissão, pessoas da OSC e se chegou a um consenso. Então, e se conseguiu resolver. Acho que é uma solução também. Mas em relação à trava para prestação de contas, isso também é algo que tem que se pensar assim. Acho que daí tem que ver o caso a caso, a possibilidade de abrir. Não é impossível abrir a trava. Mas tem que se ter os critérios para isso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu fico pensando em que situação uma instituição leve tanto tempo para prestar conta. Ou na troca de diretoria, ou o funcionário que foi. Talvez tivéssemos que ter um mecanismo de comunicação com os dirigentes mais qualificados, porque eu acho grave que tenham 10 instituições que tenham perdido totalmente os prazos de prestação de conta. Ninguém faz com a sua vida pessoal um descuido tão grande e legal. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** É, esse caso, teve um ou dois que eu acompanhei, de mediação, e um outro, foram troca de diretoria ou troca de funcionários. Mas geralmente foi uma mudança de estrutura e aí acaba não se dando prioridade para a prestação de contas. Se dá prioridade para as burocracias da execução e acaba se deixando. Por isso que acabam passando os prazos. Mas geralmente é por motivo de troca de pessoas. Ou de direção ou de funcionário específico que tratava disso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É bem isso. Acho que também teve bastante, aí um defeito, vamos dizer assim, ou um vício das instituições, em que muitas instituições ainda personalizam o e-mail da instituição. Então, criam um e-mail com o nome da pessoa e não com o nome da instituição, não é um e-mail institucional. E aí também a pessoa sai, leva o seu e-mail, leva tudo. Aí acaba sendo mais prejuízo ainda para a instituição. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Exatamente. É bem isso, Carolina. Geralmente o problema é do e-mail. Porque daí se notifica, se fala, se telefona, a pessoa que está lá no lugar não entende bem, porque ela não tem o histórico. E aí se envia, mas até se dar conta da importância disso. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Talvez é colocar, então, em uma dessas regras do regramento, que o e-mail deve ser o da instituição. Um dos critérios. Não digo critério, mas acho que a gente pode sempre lembrar. Tenha que ser o e-mail da instituição. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** É, é que às vezes o e-mail da instituição é um Gmail, por exemplo. A instituição pode estar pagando um Gmail. É importante que tenha o nome da pessoa, beleza. Mas o problema é a comunicação ser toda por e-mail, talvez. Não ter fluxos de arquivamento de documentos, não ter um drive de documentos. Aí é realmente uma questão de organização administrativa da entidade. Mas a

gente sabe, é muito complicado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Podemos passar para o do Itaú? **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Pode ser. Vamos, então, aqui, o processo é este aqui. Ele começou com o que vocês mandaram, do edital. Bom, o edital está aqui. Eu queria, assim, e eu acho que isso é bem importante, entender um pouquinho, ouvir um pouquinho vocês sobre o edital do Itaú. Essa aqui não é a minuta do edital do Itaú, é a proposta. Deixa eu só puxar aqui. Não é o Itaú em si mesmo. Deixa eu puxar aqui. Essa aqui é a proposta de vocês de edital para seleção, né? É isso? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso, essa aí nós fizemos o mesmo modelo, vamos dizer assim, do ano passado, que é a partir do edital do Itaú, a gente troca os objetivos da proposta, do edital, e aí faz a seleção de uma instituição, um projeto. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Tá. Aqui, eu queria, primeiro, antes da gente olhar alguma coisa mais específica, eu queria entender com vocês, uma coisa importante que faz parte do trabalho do conselho, enfim, é porque eu acho que o mais importante, quando o tema foi edital do Itaú e outros, não é só o Itaú que faz edital, tem outros. Então, entender assim: acaba ficando uma correria atrás. Saiu o edital e fica aquela coisa de correr atrás, de fazer um novo edital, de selecionar etc. Existem mecanismos em que o conselho, e depois com a administração também, poderiam se antecipar, talvez, a esses editais. O que eu quero dizer com isso? É claro que esse do Itaú tem um foco, que é o foco da educação, eu entendo. Mas assim, não é um foco tão diferente também. Mas vamos imaginar o seguinte, eu vou dar alguns exemplos para tentar mostrar o meu ponto de vista. Olhem só, os projetos têm que ser com o objeto da infância e adolescência. Bom, é educação, é uma obviedade dentro de criança e adolescente. Tem outras temáticas que são as necessidades. O que seria importante para que as políticas públicas talvez tivessem mais permanência e sem muita correria quando chegam os editais? Seria a gente usar um instrumento que, ao invés de um edital de escolha de inscrições de projetos específico, pudesse ser um edital de credenciamento de projetos em geral, entendeu? Porque, por exemplo, esse aqui, ele foca no do Itaú, de educação. O que se poderia fazer, porque certamente outros podem ser gerais, outros podem ser mais específicos em outra área, mas não vai fugir muito da criança e adolescente. Quando a gente faz um edital, por exemplo, de credenciamento, eu abro para várias áreas e eu fico com um banco de projetos que, quando precisar inscrever para um desses editais, o conselho já tem a mão essa série de projetos, dentro das necessidades que o conselho enxerga. Quais são as políticas, o

que está faltando para a infância e adolescência em Porto Alegre? Está faltando isso. Tem aquela questão do plano, Carol, que a gente falou na última reunião, do planejamento de prioridades do conselho, quais são as questões que o conselho entende como mais relevantes para aquele ano, para aquele triênio, enfim, quais são as temáticas? Porque, vejam, a gente não pode, tem um edital do Itaú. Não são todos os municípios que estariam interessados em um edital que focasse infância e adolescência na área de educação, porque eu posso ter um município que não tem nenhum problema de educação. Tem verba suficiente, todas as crianças estão na escola, todas as crianças têm contraturno, não interessa, entendeu? E o conselho da criança daquele município diz, "não vou participar do edital do Itaú, porque para nós aqui não precisa". Eu sei que eu estou usando o argumento absurdo, porque vocês vão pensar, "como assim, é dinheiro e a gente não vai querer?". Mas, para um pouquinho, tem que ser dentro da área. Eu estou só mostrando o ponto de que quem define se educação é importante ou não é o próprio conselho. Então, como o conselho pode e deve definir quais são as suas prioridades... Educação é uma, porque vocês estão aqui apresentando isso aqui. Então, educação é uma. Que área de educação? Eu vi que vocês colocaram ali a questão de contraturno. Eu não sei se o nome foi contraturno, eu entendi que era contraturno, mas enfim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É o SCFV, Serviço de Convivência. Mas isso, a gente tem o nosso plano de trabalho de 24 e 25. Então, todas as nossas áreas de prioridade, que na verdade são todas, mas todas as nossas áreas de prioridade já estão no plano de trabalho, que foi construído e revisado agora, construído em 24, revisado em 25. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Maravilha, então vocês têm todas essas áreas já selecionadas, é isso? Já redigidas aí. É isso, Carol? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, tem um site também com nosso plano de trabalho já. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Perfeito, então, o que eu quero dizer é assim: é aproveitar esse plano de trabalho para fazer um edital amplo de seleção de projetos, que vocês tenham todos já avaliados e selecionados. E vocês não precisam escolher um, necessariamente, entendeu? Vocês não precisam escolher um específico. Quando chegar o do Itaú, vocês podem olhar, "bom, desse banco de projetos que eu tenho aprovado, eu tenho 30 propostas. Vamos olhar aqui quais são de educação". "Dessas 30, eu tenho aqui 7 que são de educação". "Aí eu vou olhar para o edital do Itaú e vou dizer, dessas 7 aqui de educação, tem 5 que poderiam ir". "5 delas se encaixam perfeitamente, 2 não é bem exatamente". "Essas 5 se

encaixam". Faz um sorteio público e encaminha para o Itaú uma daquelas 5, entendeu? Porque isso vai ajudar, principalmente com essa preocupação de não chegar a cada edital de cada entidade e não se ter um fluxo. Tem que se correr atrás de fazer, correr atrás de uma, de prazos. E aqui, por que eu estou dizendo isso? Eu vou tirar aqui, ó. Porque o pedido que chegou aqui, olha só. O pedido de análise que chegou para mim foi, por exemplo, este aqui: orientação jurídica da possibilidade de supressão ou redução do prazo da Lei 13.019. E o prazo é o prazo da lei, não tem como, já digo, não tem como, entendeu? Então, para resolver esses problemas de prazo, talvez fazer um credenciamento. E outra coisa, o credenciamento ele não tem prazo. Ele é de fluxo contínuo. Então, você faz o credenciamento, credencia, está credenciada a entidade com aquele projeto. Pode, mês que vem, entrar uma outra entidade, credencia. No final do ano, credencia e vão credenciando, e uma vez ao ano só prorroga o edital e vão ficando todos os projetos credenciados nesse banco de projetos. Eu acho que seria bem mais vantajoso, não seria essa correria. Mas eu falei bastante, tem duas mãozinhas ali. Paulinho, depois a Rochele. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Boa tarde, procuradora. Todos os anos, esse estilo de edital do Itaú, eles lançam assim. Então, já tem o período. Só que passa para os conselhos nesse período. Então, fica difícil a gente ter esses prazos que eles querem. E as instituições, elas que vão inscrever os projetos de acordo com as temáticas, nem sempre todo ano é a mesma temática. E a gente não vai adivinhar qual a temática que vem no próximo edital, mesmo tendo vários credenciamentos de criança e adolescente. Mas talvez não seja aquilo que o Itaú queira. Vai ter que reescrever novamente a instituição que escreveu. Eles estão pedindo o referenciamento do CMDCA de Porto Alegre. Para receber os editais das organizações, para dar um OK para a instituição enviar para o Itaú, quem vai receber o recurso é o Itaú, é a instituição. É igual agora o CEDICA, solicitou também que todos os projetos do FECA, que é o fundo estadual, alguns projetos passem pelo CMDCA, para a gente dar um aval para dar continuidade ao edital. Então, o que a gente pede ali para o município, que a gente pediu, é que aumente um pouco o prazo para o CMDCA receber e analisar esses projetos, para que a organização tenha tempo hábil para enviar. Este é o caso. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas deixa eu dizer assim, duas coisas. Paulinho, o dinheiro não vai para a OSC. O dinheiro vai para o fundo. Então, isso já é um dado bem importante. O dinheiro que o Itaú manda, ele manda para o fundo. E o fundo faz a formalização. E uma outra questão é a seguinte: quem define as prioridades em Porto Alegre não é o Itaú, é o conselho. Então, eu diria que não se, a gente tem, vocês têm o plano de trabalho, que foi o que a Carol me disse

agora. Tem o plano de trabalho com todas as temáticas relevantes para o que o conselho, porque vocês definem, o conselho definiu toda a lista de temáticas. São todas essas daqui. Se o Itaú fizer um edital dizendo um tema que não está aí, não tem que concorrer ao edital, nenhuma OSC tem que participar pelo fundo. Porque não é prioridade, o conselho está dizendo que não é. Então, assim, claro que isso se resolve com a questão de como vai se inscrever, esse plano de trabalho, as temáticas para não ficar muito restritas. Tem a questão de que eu acho que dificilmente o Itaú vai colocar uma temática que o conselho não colocou ali. Mas, de qualquer forma, a regra é essa. Se o Itaú der uma temática que não está no conselho, não participa do edital. Porque só, como é o fundo que vai receber, quem define os temas que o fundo vai gastar, os temas, eu não vou nem falar os projetos, mas as prioridades temáticas, é o conselho. Então, o conselho vai dizer, "são essas 10 temáticas". Quantas tem, Carol? Tu sabe de cabeça? Só para eu não dizer um número tão absurdo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não entendi. Qual é o número de prioridades que tem ali no plano de trabalho de temáticas, assim, que vocês têm no plano de trabalho? Eu nunca contei. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas eu imagino que é só para a gente assim, eu imagino que o Itaú não vai pedir uma diferente daquelas ali. Agora, se ele pedir uma diferente, não pode participar do edital, porque não é prioridade para Porto Alegre. Ou o conselho se dá conta, "ah, é mesmo, olha aí, o Itaú pensou uma coisa legal. A gente vai colocar no nosso plano". Daí o conselho revisa, publica de novo as suas prioridades. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Temos duas mãozinhas ali ainda. Rochele, depois Luciane. **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Boa tarde, gente. Primeiro, pedir desculpas pelo atraso. Eu estava em reunião com a PROCEMPA e, como o assunto é grave e sério, eu tinha que tratar ele também. Bom, está grave e sério, né, Carol? A Carol já foi cientificada. Assim, eu não sei em que pé vocês estavam ali sobre essa discussão do edital do Itaú, mas só para esclarecer ali o despacho da nossa ASSETEC para a PMS. O momento que a gente encaminhou era justamente porque o, a proposta do edital tinha chegado do conselho, a gente viu que os prazos estavam exíguos. A Carol tinha conversado conosco que veio assim em cima. E aí veio essa situação de a gente poder abrir mão dos 30 dias obrigatórios pela lei. A nossa dúvida se gerou, Cristiane, muito na questão de que, se a gente não ia dispensar o recurso direto, então não era a lógica de um edital que a gente faz normalmente, que a gente faz o edital, dispensa o recurso, se, em razão

disso, haveria essa possibilidade, excepcionalmente, de abrir mão desse prazo. A gente imaginava que não, até o Dani, que estava fazendo a análise, já entendia que não era possível. Mas, de repente, se tivesse essa possibilidade, e tendo em vista que a gente tinha um prazo bem enxuto para a apresentação. Ocorre que, enquanto a gente fez esse questionamento, a gente visualizou também no edital do Itaú que tinha a possibilidade de inscrição da proposta e entrega posterior, apresentação posterior da OSC que será selecionada. E aí sim daria um prazo maior. O que aí a gente se tranquilizou, que a gente poderia fazer as inscrições, se habilitar para isso, e depois a gente apresentar a instituição. Então, me parece que a gente teria esse prazo. O que agora a gente ficou na dúvida, e aí eu não sei se vocês estão, acho que vocês estavam um pouco nessa discussão, é se a gente, a apresentação agora, a habilitação é a habilitação de uma proposta do conselho, e aí depois a OSC é selecionada, ou uma simples habilitação do conselho. Porque ali no edital diz que o conselho tem que se habilitar. Então, o conselho se habilita e depois apresenta, ou o conselho se habilita com a proposta e depois apresenta quem será a OSC selecionada para executar aquela proposta do conselho. Essa que é uma dúvida, até eu perguntei para a Carol mais cedo, no meio da loucura que a gente vive, se o que foi enviado já era a proposta ou não, para a gente poder encaminhar lá para o edital do Itaú. Então, não sei se vocês estavam nesse pé, mas a nossa dúvida está muito nesse sentido agora. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Boa tarde, meu nome é Luciane, faço parte do Instituto Leonardo Murialdo. O que a gente até estava falando sobre as linhas de ação, quais as prioridades das propostas? São oito linhas de ações que o Itaú trabalha: alcance e atendimento de crianças com falta ou dificuldade de acesso a escolas em tempo integral; oferta de atividades educativas e culturais que promovam o aprendizado e desenvolvimento para manutenção e melhoria da vida escolar de crianças e adolescentes; alcance e atendimento de crianças e adolescentes que estejam em situação de violação de direitos, tendo em vista a superação de problemas, violência doméstica, ruptura de convivência familiar, trabalho infantil; oferta de orientação e apoio aos familiares; diagnóstico local que identifique fatores de risco, dificuldade ou violação que estejam limitando ou impedindo o acesso; capacitação dos operadores locais do sistema de garantia dos direitos; realização de campanha de comunicação; e articulação de ações conjuntas entre as secretarias de educação, organizações da sociedade civil, conselhos tutelares, conselhos municipais e secretarias. Então, está bem dentro das propostas do nosso plano de ação. E até, se não estivesse adequado essas questões que foram colocadas aqui, o conselho poderia estar fazendo uma resolução que colocasse como pauta alguma dessas dificuldades para poder estar priorizando a questão do projeto. Se

você chegasse a falar, Cristiane, sobre a questão de que, se no edital tem uma dessas linhas de ação que estivessem de acordo, que daí não seria adequado o conselho estar se colocando à disposição. Mas se não... Isso já aconteceu em outras épocas. Se não estivesse adequado, a gente poderia fazer uma resolução colocando como linha de ação alguma dessas aqui, se a gente achasse importante, até porque a gente está na etapa do diagnóstico e todas essas linhas, elas estão dentro do que está se achando como questões a serem trabalhadas pelo conselho, em sintonia com a avaliação que ele tem feito. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Tá, mas por resolução não poderia ser. Teria que ser por alteração do plano de trabalho. Eu imagino que o plano de trabalho seja aprovado por resolução, mas tem que incluir no plano de trabalho. Não é só simplesmente fazer uma resolução sobre. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Sim. Eu concordo contigo. Mas só para te dizer que, para deixar bem claro para todos os conselheiros que ainda não tenham essa informação, que isso pode ser feito um adendo, só esclarecendo.**Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só para trazer, então, na questão, a senhora trouxe uma proposta que a gente pudesse fazer como se fosse um banco de projetos. Sobre o projeto do edital do Itaú Social, que é esse que está sendo compartilhado aqui, nós temos a questão de que já foi vencido os prazos de 30 dias, porque a gente pode deixar 30 dias no site como divulgação e, aí, depois disso, nesse período, na verdade, a gente abre para a análise das instituições e não prejudica o envio para o Itaú Social. A Rochele também fez essa proposta, mas a gente não consegue fazer agora e também nós já temos uma sistemática com as instituições. Acho que para a gente organizar de uma forma diferente, teria que ter um pouco mais de prazo e trabalho com todos, que senão acaba saindo pela culatra, literalmente. O que eu penso assim, se eu não me engano, o prazo é até o dia 12 ou 11 de julho para inscrição do conselho. E aí, o envio da proposta, aí da instituição, pode ser feito até o final do ano, até dezembro, se eu não me engano. Pelo que eu entendi, não precisa ser feito agora. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas, Carol, deixa eu entender assim, qual é o prazo do Itaú Social para entregar isso aqui? Porque, olha só, eu abri aqui, tem que fazer um resumo do projeto, objetivos do projeto. Vai dar tempo de a gente abrir um edital, publicar, escolher para, depois, a OSC propor isso aqui? Não tinha que ser o próprio conselho a propor isso aqui? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A Rochele também fez essa proposta, mas a gente não consegue fazer agora e também já temos uma sistemática com as instituições. Teria que ter um pouco

mais de prazo. Se não me engano o prazo é até dia 11 ou 12 de julho para a inscrição. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas para preencher isso aqui? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E o envio da proposta pode ser feito até o final do ano. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas tem que escrever isso aqui igual, ó: nome do projeto. Como é que vai preencher isso aqui? O resumo do projeto, se a gente não fez ainda, como é que vai ser? **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Mas eu acho que essa parte, é aí que tá, eu acho que a questão... Desculpa, eu cortei vocês aí. Assim, o que eu falei para o Luís: "Luís, já que a gente pode cadastrar, vamos garantir, vamos fazer o cadastro". Por isso que eu falei para ele, já que o conselho quer fazer o cadastro, sendo que o conselho vai fazer, depois, o edital para ver quem vai ser a OSC selecionada. E aí o Luís me disse: "Rochele, eu não consegui fazer porque a gente depende de informações que o conselho veio emitir para a gente". Então, eu acho que o Luís até está indo na reunião da Procempa, que eu saí, essas informações que eu acho que a gente vai ter que preencher. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Mas não tem como preencher, porque, olha só o que é para preencher: resumo do projeto. Como é que vai preencher o resumo, os objetivos, ó: objetivo geral do projeto, objetivos específicos. **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Alguma coisa tem naquela proposta de edital, alguma coisa já tem escrita pelo conselho, porque eles mandaram essa proposta de edital. Então, tem justificativa, alguns objetivos, tem lá. Então, assim, teria como extrair desse material. Mas, talvez, eu acho que aquela proposta que vocês enviaram de edital, daqui a pouquinho vocês poderiam ampliar com as informações que estão aqui, entendeu? Que eles estão solicitando para poder preencher. **Cristine Catarina, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** É porque, olha só, olha só essa pergunta: temática. Dentro da educação, é na temática de arte, leitura, esporte, matemática, cultura digital? Se vocês preencherem isso, vai direcionar a entidade. Daí não precisa fazer edital. Porque, se vocês souberem, olha só, se o conselho souber responder isso aqui, se ele disser assim: "ó, é um projeto de campanha de comunicação, na área de cultura digital", se vocês preencherem isso, não precisa de edital, porque é óbvio que vocês já sabem qual é a OSC que vai ganhar o edital, né? Porque é a única OSC que falar de cultura digital, que fale disso aqui. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu só queria dar uma opinião, no passado, quando o Itaú tinha, as instituições escreviam os projetos, o conselho referendava aqueles que

estavam, que tinham capacidade instalada, que tinham condições e encaminhava para o Itaú. E aí, o Itaú fazia o discernimento se estava ou não de acordo. O conselho só respaldava para dizer. E aí, o Itaú que escolhia, porque o edital é do Itaú. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** É, mas com toda a razão. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Até uma questão, lá um tempo atrás, Frei, nós pegávamos a das propostas, Resolução 150, que já estavam inscritas para nós, para fazer este encaminhamento, essa indicação. Se a gente fizesse assim este ano, aí eu acho que a gente ganhava tempo. O que a gente poderia fazer, pensando, e eu não falei com ninguém sobre isso, estou pensando agora aqui. O que a gente poderia fazer era ver quais instituições que gostariam de participar da seleção do Projeto Itaú Social. Das que já têm o projeto chancelado, das que já têm aprovado carta de captação da 150. Aí não teria edital. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** O que a gente poderia fazer, pensando? E outra coisa importante aqui, é para não dar o mesmo problema do ano passado em relação ao valor. Não dá para pegar assim, uma entidade que está captando 500 mil, já captou 480 mil e inscrever aqui no edital do Itaú, porque ela só vai conseguir ganhar 20, que está faltando. Ou, antes de inscrever ela no edital do Itaú, já aumenta a carta de captação dela, entendeu? Já faz uma resolução aumentando a carta de captação, aumentando lá e para poder funcionar, senão vai dar o mesmo problema. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, deixa eu só ver se a gente consegue fazer uma proposta assim. A gente pode fazer, então, ao invés de edital, a gente faz uma proposta que as instituições que têm interesse, quem já tem carta de captação e está aprovado. As instituições que têm interesse, abre um período para que a instituição se manifeste. Um ofício dizendo: "tenho interesse em participar". Ponto. E indicando qual projeto. E aí, essa indicação do projeto ali, a gente vai pegar o projeto de x, x, x instituições e vai analisar para ver qual melhor se encaixa dentro da proposta do edital do Itaú Social. Aí, eu acho que fecha. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Isso, e daí, eu até sugiro o seguinte, Carol, dentre esses que se interessarem, que trabalham com educação, etc., se tiver duas ou três, sorteia uma delas. Sorteia, é a coisa mais justa que existe é sortear. Os que estão na mesma condição, sorteia. E aí, sorteou a entidade tal do projeto tal. Primeira providência, enquanto está inscrevendo aqui no edital do Itaú, primeira providência: aumenta lá a carta de captação. Aumenta o valor para o aumento do que seria o que o Itaú, né, poderia doar, entendeu? Então, assim, se ela tem uma carta de captação de 500

e o Itaú está oferecendo 300, já bota, já faz uma resolução para que a carta de captação dela passe para 800, 500 que já era, mais os 300 que pode ser que ela ganhe do Itaú. Se não ganhar, não tem problema. Agora, se ganhar, aí ela vai poder receber o dinheiro. **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Olha só, eu estou com uma dúvida sobre essa sugestão, Cris. Porque a questão do aumento da carta de captação, a carta de captação, ela é o valor do projeto. A OSC, teoricamente, ela vai mexer nas metas que ela previu, todo o trabalho que ela previu. Então, assim, para ela aumentar, não é só aumento do valor, ela vai mexer no projeto que ela aprovou no conselho. Só para deixar, deixar meio alinhado com a OSC. E a segunda coisa é que eu acho que quando for abrir essa informação, né, Carol, para as OSCs de da possibilidade de elas se habilitarem, já deixar claro quais critérios que o conselho vai olhar, né? Ó, o conselho vai olhar isso, isso, isso, para elas já saberem, ó, é isso. Aí se estiver em pé de igualdade, daqui a pouco, sei lá, um sorteio, aí vocês vão ter que definir. Mas acho que esse critério de definição tem que estar claro para as instituições, né, para elas não acharem que vocês escolheram A, B, por outro motivo. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Por isso que o ideal é fazer um sorteio. E aí, põe uma ordem do sorteio, entende? Quem foi sorteado em primeiro, em segundo, em terceiro? Daí, chama essa primeira. Aí, daqui a pouco, chama ela e diz assim: "ó, você vai ter que trocar o plano de trabalho para mudar a carta de captação, vai ter que ajudar a preencher aqui o edital do Itaú". Daqui a pouco ela diz assim: "ah, muito trabalho, não era isso que eu queria". Chama a segunda sorteada, entendeu? É muito melhor do que ficar, daí faz uma ordem de sorteio entre todas e aí chama nessa ordem, chama todos os interessados, põe numa ordem e aí vai chamando, a primeira, e diz: "ó, você, nós vamos ter que, vocês vão ter que melhorar, mudar o plano aí, o projeto, para acrescentar metas, para poder acrescentar valores, vocês vão ajudar a preencher aqui o projeto do Itaú com tudo isso aqui". "É, tudo bem?". "Tudo bem". Então, aí, inscreve com ela. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, eu acho que a gente vai ter que pedir primeiro para que as instituições se manifestem. A partir da manifestação delas, aí que a gente vai ver qual o próximo passo, se a gente, lógico que a gente vai ter que pensar o regramento já, mas de qualquer forma a gente pensa, eu não penso em todos os projetos agora diferentes, penso mais ou menos só neste agora, para a gente resolver um por cada vez primeiro. Primeiro, né? Depois a gente vai de bloco. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Bom, mas de qualquer forma, e eu acho que dá para manter,

mas assim, daí o que eu sugiro, tá? É, esse processo que a gente está olhando aqui, com essa minuta que está bem bacana, tá? Que a gente viu aqui, eu acho que nós podíamos dar andamento nisso aqui para abrir um credenciamento geral mesmo, entendeu? Que já fique aberto, que as entidades que tenham projetos mandem para um próximo edital, já isso aqui fica. Esse projeto, entendeu? Já ficar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Entendi, mas não sei. Deixa eu pensar. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** O que a Cristiane está propondo é um banco de projetos permanentes. É uma ideia a se pensar. Não sei se para esse momento, esse do Itaú, a gente já poderia colocar tudo junto, mas é uma ideia interessante. E até porque, até mesmo o do Itaú tem mais dois, tem dois editais ainda para este ano. Tem edital de fortalecimento da educação integral nos anos finais e tem o edital Itaú Esporte 2025. Um vai ser em breve e o outro, o edital de fortalecimento da educação integral até o dia 4 de julho, mas o Itaú Esporte vai ser aberto em seguida. Sim, praticamente todos dentro do serviço de convivência têm a parte do eixo esporte, tem até OSCs que trabalham bem direcionado para essas questões. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Para o Itaú é impossível mesmo, viu, Luciane? Porque o prazo lá para fazer o edital não tem como. Para o do Itaú, não. Mas, podia ter um banco permanente de propostas, né? Porque daí, assim, tal, o Itaú chama de projeto, mas vamos, vamos colocar um nome genérico: um banco de propostas, né, que aí, quando tiver editais ou quando tiver uma verba, quando, está ali disponível, né, para a administração pública usar. Olha aí. Estava vendo aqui. É, então. Viu? É, e vocês têm ali esporte, atividade de esporte para criança dentro do plano de trabalho? **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Não, é só, eu acho que é para contribuir nessa questão do credenciamento, alguns municípios trabalham com essa lógica de ter um período para apresentação de propostas também por eixo. Se vocês olharem, eu acho, o site ali das doações, eu acho, de São Paulo, por exemplo, eles trabalham, tu pode querer destinar por eixo, né? Eu acho uma forma, até não é para a questão do credenciamento como a gente tem agora, como a gente está falando agora, mas numa lógica que para quem quer fazer destinação, eu acho legal, às vezes as pessoas querem destinar por eixo, eu quero destinar para o eixo acolhimento, para o eixo educação, cada um, enfim, se vincula a uma proposta, né? Então, eles trabalham nessa linha. Então, acho que daqui a pouco pode se pensar, então, se não agora, mas o conselho escolher um período de entrega das propostas, porque depois tem um período de análise dos projetos que vocês dão a chancela de vocês para estar ali para credenciamento e depois ficar

como banco disponível para utilizar, então, nesses editais, porque aí vocês vão colocar, né? Surgiu o de esporte, a gente coloca esse. Surgiu o de educação, esse aqui é bom. Surgiu de, sei lá. Então, acho que é uma ideia interessante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que é bem bom para a gente poder fazer para ideias gerais para os próximos, né? E na própria Resolução 150 que nós estamos revendo, nós também já estamos estipulando alguns períodos para que a gente também possa também estar fazendo um olhar um pouco melhor. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Mas, mas o credenciamento, ele não tem um período fixo, ele é de fluxo contínuo. Tem um período de exame, uma vez ao mês, a cada dois meses, enfim, é, puxa todos os que enviaram para ser credenciados e o resultado é: credenciado. Só isso. Não faz assim uma análise, né, de que colocação, qual é a pontuação. Só coloca assim: está credenciado. Ele atende os nossos objetivos, é um projeto bacana, está credenciado. Ponto. E aí vai credenciando, né? É, mas as pessoas vão mandando os projetos. Claro que, provavelmente, quando chega um edital, por exemplo, vai chegar o edital dos esportes do Itaú, talvez ali venha bastante gente mandando, né, o projeto nessa área, mas ele vai ser de fluxo contínuo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Queria ver, pessoal, se vocês aceitam da gente fazer, ao invés do edital, para o Itaú Social, se a gente pode fazer esse período de manifestação das instituições? E esse período, eu posso colocar, tipo, 15 dias. E nem isso. Não preciso deixar 30 dias, né? **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Não, não, porque vocês vão apresentar os projetos que já têm. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, eu faço manifestação das instituições, por exemplo, duas semanas e aí na outra semana a gente, menos até, eu faço a apresentação das instituições até o dia 27, na semana do dia 30 e do dia 02 a gente analisa e na semana do 07 a 11 a gente já coloca no site. Poderia ser assim, pessoal? Não, pessoal. Deixa eu montar aqui. [Sem conexão]

Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: [***Pauta: Sias***] (...) A gente entendeu que essa medida é amarga, é ruim, mas é melhor e a gente conversou até sobre isso hoje. Importante, que bom que a Cris está aqui, da gente ter uma eventual intervenção muito maior nos fundos de órgãos de controle, daqui a pouquinho, que venham nos fiscalizar e a gente parar completamente. Então, se a

gente continuar fazendo errado, a gente pode criar um bolo muito mais grave, muito mais complicado e gerar um problema muito maior do que a gente tem hoje. Então, a gente precisa parar durante esse período e a gente revisar manualmente. A gente não adianta agora, eu acabei de falar com a Procempa de novo ali, não adianta agora, daqui a pouco, a gente mexer no Sias e dizer: "Ah, o Sias". Eles até vão tentar ver o que eles conseguem emitir de relatório para a gente, mas o que ela me falou agora na Procempa, que ele é um sistema que ele não tem uma auditoria muito boa, porque ele é um sistema antigo. Então, eles não vão conseguir fazer muita coisa. E se a gente zerar tudo e arrumar tudo agora, nada nos impede, daqui a um tempo, o Sias faça tudo de novo, porque ele não é o sistema correto e a gente vai ter que correr para ter um sistema novo. Paulinho perguntou a data, né? É do dia 30 de junho ao dia 30 de julho, mas nós vamos mandar esse documento, tá? Assinado pelo secretário, para as solicitações de resgate. E aí, cada instituição que a gente detectar que teve alguma inconsistência nessas destinações, a nossa, isso também está no documento, a ideia é a gente fazer a comunicação direta à instituição e ao conselho respectivo, né, seja do CMDCA ou do Comui, para a gente construir junto qual alternativa a gente pode fazer. Se não sei se, daqui a pouquinho, uma compensação de, normalmente são instituições que captam bastante, então ela já captou a mais, daqui a pouco aquele valor fica para o conselho e a instituição já usou para não ter prejuízo, né? Mas a gente pensar junto essa alternativa, né, do que fazer. Essa é a situação, ela é bem complicada, mas a gente vai ter que resolver. Não tem o que fazer. A gente só vai trabalhar o dobro do que a gente já trabalha nesse período para poder dar conta disso. Então, a gente quer contar muito com a colaboração de vocês. A gente sabe que isso vai ter um monte de ruído e rádio corredor, só que a gente tem que ser sério com o que a gente está trabalhando aqui. Então, a gente tem que dar a informação para vocês com credibilidade. Se o sistema não fizer, a gente vai fazer isso manual, até que a gente tenha um novo sistema e a gente não pode descredibilizar o fundo, senão, aí sim, nós vamos ter dificuldade com os destinadores e a gente vai ter dificuldade também com os órgãos de controle, que vão ficar mais em cima. E eu sempre digo: é ótimo quando o órgão de controle vem. Eu não tenho problema nenhum, medo nenhum, muito pelo contrário. Às vezes, eu até questiono e peço ajuda. Acontece que eles pedem muita informação e a gente para dar informação e a gente não consegue trabalhar na operação, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só para a gente poder entender, uma instituição, ela fez uma solicitação de resgate de 200.000, não, de

160.000. Aí, ela fez a aplicação, ela gastou todo o recurso, tudo direitinho. Aí, quando ela foi fazer a solicitação de um outro resgate, ela pediu o extrato. Apareceu 160.000 como não usado, mais os 50.000 que ela tinha. Então, ela pegou os 160 mais os 50, 210, e pediu resgate de 210. E aí, tem instituições que já foram pagos 210, exemplo. Então, nós estamos com um buraco, na verdade, é a palavra, dentro do fundo, porque nós estamos pagando um recurso que a instituição já adquiriu, já gastou, já prestou contas, se bobear. Então, assim, nós vamos arcar, o fundo vai arcar com este valor, mas isso eu falei na reunião mais cedo, que tipo assim, a gente precisa saber qual é o buraco, na verdade, qual é o valor que a gente tem, porque só em uma instituição, a Rochele trouxe um exemplo que era de 160.000, né? Então, 160 de uma, 160 da outra, qual é o valor real? E aí, depois que a nossa fizer o levantamento, é que a gente vai ter este total, né? E também, a gente pensou desde quando que está este problema, né, que teve a duplicidade, teve um montão de questões. Então, também, a gente vai trabalhar nessa perspectiva de instituições que estão em execução ou em parceria, né, que já receberam recurso agora, que estão em execução. Então, é esse o olhar que vai se ter. Eles vão acabar olhando em todos os processos, porque vai ser feito isso, né? E aí, também, eu coloquei de que para nós, eu não acredito mais que o Sias seja confiável, porque ele não está um sistema confiável. Já não era, mas agora está pior. Então, se a gente não consegue fazer este olhar mais confiável, vai ser manual, vai ser no Excel mesmo, né? Então, isso é bem burocrático e isso é muito preocupante. Está sendo muito preocupante mesmo. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carol, não sei se tu lembra que no ano passado, o conselho começou no ano passado, eu entrei em janeiro, lá por, não sei se foi março, abril, a gente fez uma reunião com a Jennifer para ver como é que estava a situação e eu depois expliquei, digo: “olha, tem muitos dados, mas não tem confiabilidade”. Isso já vem desde a primeira análise que eu fiz. Eu acho que a gente tinha que sentar com ela e com, sei lá, mais alguém que entenda do, não só do sistema, mas dos fluxos e do volume de dados que tem, e a gente fazer um plano emergencial. Eu acho, não sei, eu entendo bastante de finanças, controlo as tudo lá, nós não temos sistema na minha instituição, a gente trabalha tudo com planilha de Excel. Então, acho que a gente podia estudar uma maneira de emergencialmente fazer isso, porque os sistemas, eles precisam ser muito customizados. Às vezes, tu tem um sistema que é muito bom no geral, mas a customização dele, ela é muito lenta, demorada e ela requer também a participação da Procempa, no caso, da prefeitura, né? Então, eu acho que a gente tem que estudar, viu? Pegar três, quatro pessoas que entendem de controles, né, mesmo que,

até mais do que quem entende de controles mais em Excel do que nos sistemas gerados, preparados, e a gente dar uma opinião para ver o que é possível fazer. Eu já dei a minha no ano passado, eu já disse que não era confiável. Quer dizer, para mim, o que aconteceu agora é um reflexo daquilo que já estava cantado há um ano, né? Então, eu acho que agora é preciso a gente sentar e fazer uma reunião séria. Aquela reunião que eu fiz com a Jéssica foi uma reunião muito boa, mas durou 2 horas, 2 horas e meia. Depois, a gente não conseguiu engrenar e, além do mais, também faltou alguma pessoa ou duas a mais, porque estava só eu e a Jennifer, né? Eu acho que tinha que ver mais alguém, nem que seja da Secretaria da Fazenda ou alguém que entenda de números e possa trazer uma análise bem técnica e, ao mesmo tempo, prática, né? Porque eu já vi que todos os sistemas da prefeitura usa, eles têm a sua especificidade e precisam de vários ajustes para outras questões que fogem daquele padrão do sistema. Isso é demorado. E o segundo lugar é que precisamos ter um controle que nos dê sempre os números. Não pode ser uma coisa que tem que fazer uma reunião uma vez por ano para a gente saber os números, achar que tem tanto de dinheiro no fundo e aí passa um ano, a gente descobre que não é, nem era aquele tanto, né? Então, eu estou à disposição, se tiver mais pessoas assim do, ou, ou aqui do CMDCA ou pessoas indicadas pelos órgãos públicos ou até por alguma outra instituição, a gente fazer um trabalho, pelo menos inicial, para fazer um mínimo diagnóstico. Quer dizer, o que a Rochele falou é que descobriram um furo, mas não temos o diagnóstico ainda. Então, o diagnóstico e a saída, é como uma pessoa que encontramos e está doente, mas não fizemos nem o diagnóstico, nem medicamos ela. Então, eu acho que a primeira coisa é fazer esse diagnóstico e, tendo, e já com a intenção de fazer o diagnóstico e já ver o remédio, pelo menos, o remédio para, vamos dizer, o antibiótico para parar com a infecção, vamos dizer assim, falando em linguagem médica, né? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O Sias, Rochele, ele é vinculado aos fundos e aos conselhos, né? Que o nosso Sias de informação das OSCs está todo desatualizado. Não sei se também seria da gente ter de fazer uma atualização também com esse recadastramento, que está todo desatualizado, desinformados. Se a gente teria a possibilidade também de entrar nessas atualizações aí do sistema. **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Sim, Mincarone, a gente concorda, tanto que a gente concorda que a gente está desenhando esse sistema, para ser um sistema novo que dê conta disso tudo e que dê conta de outras questões, né, dessa rastreabilidade das destinações que a gente está fazendo, que a gente já está em

reunião com a ASSETIC, que é ligada à Secretaria de Planejamento Estratégico, tanto que isso é o único, a única meta dos fundos hoje, no contrato de gestão, é a questão do sistema. Então, porque a gente entende na secretaria que ela é uma prioridade, por isso que ela é obrigatória, e por isso que agora que vai chegar recurso dos bancos internacionais, enfim, a gente vai utilizar para isso. Então, é verdade. Só que, enquanto a gente estava desenhando esse sistema e que, assim, eu sei que vocês já deram, tanto que tem um documento da Procempa, lá o Inception da Procempa, que foi criado, já foi criado com sugestões dos conselhos, que eu sei que é o que está lá, mas que vocês podem encaminhar para a gente, mais sugestões, porque isso é o remédio para médio e longo prazo que a gente está criando esse novo sistema. Então, esse aí tem um processo, esse é o que a gente está discutindo, esse é o que a gente está tendo reunião, esse é o que a gente vai falar com empresas para trazer outras soluções que a gente possa utilizar. No meio disso, a gente não pode, e vocês sabem disso, a gente não pode parar os fundos para ficar pensando num sistema somente. A gente tem que trocar o pneu com o carro andando. Então, a gente vai ter que continuar pagando, a gente tem que continuar formalizando, a gente tem que continuar fazendo os editais, a gente tem que continuar, ah, fazendo todas as outras atribuições, fazendo monitoramento, prestação de contas. Então, os fundos, ele vai continuar. Então, a gente teve que continuar e teve que continuar utilizando os Sias, mesmo ele sendo inconfiável, Mincarone, que eu acho que é essa a palavra mesmo, é inconfiável. Então, a gente neste momento a gente não está com um problema da questão de quem consegue ter uma visão da parte financeira, não é, é um problema da gente operacionalizar e rastrear essas questões de algumas destinações, que a gente vai conseguir, o grande problema é que a gente vai conseguir manualmente, e o manualmente vai atrapalhar um pouco o nosso trabalho. E não dá para a gente estar fazendo uma atualização e alguém pedindo extrato e fazendo outra formalização e a gente atualizando e alguém formalizando, que aí a gente não vai resolver nunca, né? Aí é enxugar gelo, né? Por isso que a gente vai ter que parar por essa etapa para poder fazer. Quando a gente concluir isso, a ideia alternativa é a gente fazer algo sem a utilização do Sias. Aí a gente apresenta para vocês e aí vocês podem nos apresentar também outras propostas para a gente colocar nesse plano de ação, até que esse novo sistema venha, para a gente usar uma, de outra forma, mais caseira, sim, talvez via uma planilha de Excel, que nem a gente estava conversando, mas que gera muito trabalho manual, né? Eu questionei as outras capitais, ninguém trabalha praticamente com sistema, só a gente trabalha com esse mecanismo de sistema. Então, assim, as pessoas trabalham sem sistema,

mas porque as pessoas não trabalham nessa lógica nossa de saque de banco, que nem eu digo, que é: agora um pouco, agora um pouco de dinheiro, agora, isso, esse mecanismo, a gente não conseguiu que esse sistema desse conta, né, o Sias. E esse mecanismo não funciona na maioria dos locais, por isso que ninguém precisaria de um sistema para isso. Mas a gente precisa agora é parar, né? Paulinho, sobre a questão das, dos registros, tá? Eu acho, a minha sugestão é que a gente não utilize mais o Sias para nada, tá? Que a gente, a ideia no novo sistema era também da gente ter as OSCs já atualizadas, o registro todo lá, porque a gente já faz uma coisa e a nossa ideia também era de que a gente pudesse exportar desse sistema, inclusive do SEI também, né? Que a gente era a gente usar tudo no novo sistema. Então, a gente, porque assim, a assistência usava muito o Sias, agora a assistência está usando o GSUAS, por exemplo. Não está usando o Sias mais para as coisas, né? Então, eles já conseguiram, fizeram a mesma coisa do que a gente: passaram por um processo de busca de sistema, de, né? Ainda estão, muita gente sendo treinada. Eu sei que ainda tem muitas questões que estão discutindo no GSUAS, mas que a gente possa ter esse sistema que seja pensado para os fundos, sabe? Para esse tipo de, de, de fluxo. É esse que a gente está trabalhando. Mas a gente precisa parar nesse momento, inevitavelmente, assim. A não ser que vocês tenham uma outra alternativa para a gente, mas que a gente não visualizou, né? O GSUAS está com muita dificuldade, Mincarone? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Está sim, o pessoal tem reclamado muito porque ele é um sistema que foi feito não exclusivo aqui para o Rio Grande do Sul, ele não contempla tudo. Inclusive, tem um problema sério que quem faz os lançamentos por parte das OSCs não consegue depois enxergar, ele não tem acesso ao sistema. Então, tem que ter cuidado, né? E eu acho que, do que tu falou, Rochele, eu só diria uma coisa assim, precisa fazer um diagnóstico bem rápido do qual é o problema que tem, até onde que pode ser confiável ou não o GSUAS, perdão, o Sias. E a gente já está a fazer uma separação do que é confiável e o que não é confiável, a gente já tem que fazer o trabalho manual. Tem que buscar uma solução bem prática e rápida, né? **Rochele Scott Marinho Neves, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** É o que a gente está tentando fazer, mas é por isso que a gente fez essa proposta de parar, Mincarone, porque eu não tenho como estar a Viviane formalizando e a Viviane fazendo diagnóstico. É a mesma equipe que faz tudo aqui dentro, a que paga, a que emite as coisas. Então, o financeiro é um financeiro só, né? E esse trabalho vai ser um trabalho complexo, assim, né, não tem como a gente enxugar gelo. Se a gente

estiver formalizando, a gente não vai ter como estar verificando a situação do extrato. Não tem como as duas coisas juntas, né? Então, e a gente vai ter que estar buscando alternativas. Então, paralelo a isso, a gente vai ter que pegar a situação da instituição que a gente encontrar inconsistência e buscar alternativa, avançar, se porventura ter que editar um termo porque deu alguma situação. Então, isso tudo vai acontecer. Então, é algo que vai refletir para todas as áreas. Vai refletir para a ASSETEC, vai refletir para na PMS, para a Cris que vai receber. Então, vai refletir porque a gente vai fazer as alterações. Então, é importante a gente ser muito transparente com vocês, né? Ninguém está passando por uma situação tão complicada, que vai ter que de novo estar resolvendo. E o gestor do Sias é a Procempa, não somos nós. Então, a gente também fica dependendo da informação que a Procempa nos, nos, nos envia, né? Então, eles estão cientes, estão tudo, mas não, não sei se vocês têm mais alguma dúvida. Eu realmente preciso sair, gente, porque eu tenho outra agenda, mas assim, eu vou, o documento vai ser encaminhado hoje, vai ser formalizado isso para vocês e qualquer dúvida, a gente pode voltar a falar, enfim, todos os dias sobre isso, pensar em alguma outra ideia, quiserem trazer para a gente, tragam, que daqui a pouco alguma coisa que vocês pensaram e a gente não pensou ainda, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, então, obrigada, Rochele. Tchau! E com a Doutora Cristina, eu estava conversando agora no WhatsApp também para a gente poder encaminhar. Ela também tem compromisso agora às 16 horas e eu acho, Doutora, que já está encaminhado. A gente vai só fazer o ajuste nos documentos agora que precisa. A senhora falou que já deu a finalização no processo do edital do Itaú. E aí, então, agora a gente só agradece, na verdade, e vamos para as próximas reuniões. **Cristine Catarina Fagundes, Procuradoria-Geral do Município – PGM:** Está bem. Bom trabalho aí, então. Obrigada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Obrigada. Pessoal, eu só queria, antes da gente ir para as comissões, eu só queria que a gente pudesse ver essa questão do edital do Itaú só pra gente fechar por assuntos, está? Onde é que está? Estou compartilhando, estou. Pode ser essas datas aqui? Tranquilo? Estão enxergando? As datas, então, são, para a instituição enviar o ofício de manifestação de interesse até o dia 24/06, próxima terça-feira. Para a instituição enviar o projeto adequado até 01/07. Dia 02/07, nós iniciamos a seleção. Aí, a gente inicia a seleção dos projetos. Dia 09/07, nós submetemos à plenária para aprovação do projeto selecionado. Dia 11/07, nós enviamos o projeto,

finalizamos o envio do projeto. Então a gente tem 9, 10 e 11. Nós temos 2, 3 dias para fazer o envio do projeto do edital. Tá? E aí o que a gente falou aqui: o projeto, ele não pode já estar em execução, ele somente pode estar sendo captado ou com carta ainda válida, não ter captado todo o valor e estar adimplente com o fundo. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Quando é que vai ser divulgado o chamamento para o edital? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Agora, hoje. A gente consegue fazer agora. Lu, tu consegue colocar ainda no Dopa para amanhã? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Amanhã não tem Dopa, Carol. Amanhã é feriado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É verdade, esqueci dessa parte. Mas para sexta tem como? **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Fazendo hoje, sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A gente pode fazer a partir de sexta. Lembrando que é somente um ofício de manifestação de interesse. Não é o projeto, é só o ofício. Sabe? Então para um ofício, meia hora uma instituição faz, nem isso. É só a questão da gente divulgar e aí as instituições mandarem o ofício. E lembrando que é já de uma carta já válida, né? Aí aqui tem que apontar o nome da carta. Apontar. Apontar o nome do projeto. Pode ser, gente? Vocês têm outra sugestão? Não me deixem só. É isso? Então, vamos colocar em votação. Quem cala consente. Então, em votação, quem é favorável à proposta de ofício de manifestação para as instituições para participar do edital do Itaú Social, levanta a mão. Ok, podem baixar. Alguém é contra? Alguma abstenção? Não? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Então, fechamos aqui já. Depois eu já te passo, Lu, pra gente ver esse texto aqui, está? Outra coisa agora, está? Bem rapidinho. Nós temos o evento do ECA em que foi solicitado pelo FUNCRIANÇA, hoje de manhã tive outra reunião. Foi solicitado pelo FUNCRIANÇA a troca da data. Então, nós trocamos a data para o dia 30/07, porque não tinha tempo hábil para poder fazer todos os processos que têm que ser feitos, aquisição, compra e tudo mais. Então, até o dia 30/07, então, para a gente poder, que vai ser o evento. Então mudou ali do dia 16, que a gente ia fazer, para o dia 30/07, está? E aí, eu já encaminhei para a Larissa também para responder ali o a data, a troca da data e também já mandei a arte para ela, daí ela viu ali para mim já. E eu só tenho que responder o local, mas o local eu estou aguardando o retorno da PUC, daí para mim ver o local certinho. Outra questão, então, edital,

Cedica. Agora a gente vai para lá. Paulinho, quer falar sobre os Embaixadores do ECA? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Muito bem. Tinha colocado ali para a Luciana colocar no registro. Bom, gente, então, a gente, voltando aos embaixadores do ECA e do CPA, que é o Comitê de Participação dos Adolescentes no conselho, alguns interiores têm, nós da capital ainda não temos. Então a gente vai dar início. Então, para ter uns adolescentes para dar o ponto inicial, retomar aquilo que a gente já tinha feito há uns 2, 3 anos atrás, junto com o Everton, os embaixadores do ECA. Então, agora a gente juntou uma comissão com a Francyne, do CEMME aí, pegamos também o apoio do Forte e ProJovem para a gente fazer uma comissão agora de jovens do CMDCA, especialmente para essas datas festivas dos 35 anos do ECA e dar continuidade depois para o projeto dos embaixadores do OP e também da organização da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, a Francyne, vou dar a palavra para a Francine para ela falar um pouco do que foi discutido ontem no Forte e como vai ser feito essa etapa. **Francyne da Rosa, CEMME:** Boa tarde. Então, nós estamos iniciando a implantação do Comitê de Participação Adolescente, CPA. Segundo as orientações que já possui em cartilhas nacionais e estaduais sobre a criação desse comitê dentro do CMDCA. Então, apresentamos ontem no Fórum do Forte, que hoje inclui também o ProJovem e o trabalho educativo. A apresentação do que é esse comitê e também o desenho de como que a gente vai iniciar essa implantação. Esse comitê, então, vai ser formado por 10 OSCs com 10 representantes de jovens que vão ter encontros sistemáticos mensais e participação nas plenárias do CMDCA, de forma consultiva e de forma também deliberativa das demandas que forem trazidas, então, por esses jovens. A gente colocou um formulário do Google Forms para que as OSCs possam se candidatar, né, demonstrar, então, interesse em participar desse comitê. Serão 10 OSCs, de acordo com as 10 microrregiões de Porto Alegre. Esses adolescentes, então, precisarão comparecer até o CMDCA para, então, as discussões serem realizadas e também essa participação na plenária. Na segunda-feira, então, a gente vai ter as 10 OSCs titulares e 10 OSCs suplentes e serão convocadas já para a próxima quarta-feira para estar integrando esse comitê. Reservamos a Casa dos Conselhos para reunir, então, esses 10 jovens. Cada OSC vai ser responsável por pelo deslocamento, né, desse jovem junto a um representante da OSC, podendo ser educador ou coordenador. Nessa quarta-feira, então, está previsto a chegada às 14 horas dos adolescentes acompanhados pelos representantes das OSCs. Na primeira hora, então, a gente vai conhecer esses adolescentes, apresentar, então, o

que é o comitê e também ali já encaminhar os próximos encontros. Depois, teremos a apresentação deles na plenária para homologação, então, dessas 10 OSCs que vão compor o comitê. E também a gente vai tirar a representação de duas OSCs para os dois eventos que a gente tem previsto para julho, o dia 1º do Conselho Tutelar e agora o nosso dia 30, para que esses adolescentes já consigam, né, trazer a visibilidade para esse comitê. E combinamos que toda última quarta-feira do mês vai ser o encontro dessas 10 OSCs, desses 10 jovens, ali na Casa dos Conselhos, para discussões, levantamento de demandas dos territórios sobre a juventude e participação de duas OSCs representantes a cada plenária para, então, trazer essas demandas discutidas. E a gente fez uma comissão, então, está eu, o Paulinho e o Guilherme, né, se não me engano, então, responsáveis por receber essa comissão, por acompanhar essa comissão. E aí a gente, né, já está prevendo a questão do lanche, prevendo essa questão do deslocamento também para viabilizar que as OSCs possam participar, né? Então, ontem lançamos o Google Forms, até sexta-feira é o prazo para que demonstrem interesse. Na segunda-feira, então, a gente define as 10 OSCs, titulares e 10 suplentes e na quarta-feira, então, a gente conhece essas, esses 10 jovens que vão compor o comitê. A gente partiu de um número mínimo de 10 jovens nesse momento, mas a proposta é poder aumentar esses, esses jovens posteriormente, né, fazer um grupo maior, porque a gente fala de toda a Porto Alegre, né? Então, acho que mais ou menos é isso. A gente já tem o cronograma até final do ano ali, da última quarta-feira do mês, aonde vai ter o encontro, então, do comitê. E tivemos e fizemos ali os esclarecimentos, né, no Fórum sobre o comitê e também tiramos essa questão da suplência, né? Caso a OSC não possa comparecer e não justifique esse comparecimento, assim, sei lá, mais de duas, três vezes, a gente chama, então, a suplente para compor esse lugar. Então, acho que mais ou menos é isso, né, Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É, tem alguma pergunta? **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Eu, na verdade, acabei participando ontem da reunião, depois eu não consegui mais, mas só para perguntar: como vai abranger todas as 10 regiões, nós também temos que pensar na articulação desse adolescente dentro da região, para que ele também possa escutar esses outros adolescentes e trazer a demanda para o CMDCA. Eu não, de repente vocês já até pensaram nisso, né? Eu devo estar chovendo no molhado, mas só para a gente frisar, reforçar isso, porque a gente, enquanto rede adulta, mesmo pensando na criança e no adolescente, a gente tem uma rede, eh, as reuniões mensais. Então, é só para a gente amarrar isso. **Paulo Francisco da Silva,**

Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: É que, na verdade, eles serão CPA e Embaixadores, né? Então, já está tudo dentro do projeto, que eles serão os protagonistas dentro da sua região, ou seja, os embaixadores do CMDCA em cada região, né? Então vai ter vários eventos nos territórios, promovido por eles. Então, não para agora, para este ano, né? Então vai ter todo um trabalho primeiro, eles vão construir junto, não sou eu, nem a Francine, nem o Mumu. A Andréia, como também participa da rede, está convidada a participar com a gente, porque os adolescentes também vão na nessa reunião lá, né? Dos coordenadores de rede, que eles vão ter que ter participação nas redes também. Então, tem a rede do Partenon, então, o adolescente daquela região vai na reunião de rede. Então, vai estar tudo dentro do projeto, né, dos embaixadores. **Francyne da Rosa, CEMME:** Só complementando, né, Paulinho, o comitê vem inicialmente como um movimento do CMDCA para trazer a juventude para participação, então, do CMDCA, mas a ideia é que a gente possa, então, a partir disso já trabalhar ali a questão do edital, né, do OP, dos embaixadores, como o Paulinho trouxe, porque daí sim a gente vai ter esse recurso para execução mais ampla, talvez, assim dizendo, sobre as demandas dos jovens em Porto Alegre, né? Então, esse comitê, inclusive, vai ser também, a partir dele, a construção da conferência deste ano, da Criança e do Adolescente. Então, estamos dando um pontapé inicial, mas a previsão aí futura é que a gente possa estar destinando recursos para efetivar essa participação da juventude em Porto Alegre. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Isso. Então botei ali no chat, pessoal, a gente, como está sem recurso ainda, a gente precisaria para esse primeiro encontro uma colaboração para oferecer algum lanche ali para eles, um suco. Seria para os 10 e mais os seus acompanhantes, né? Então, quem puder e quiser colaborar, trazer quarta-feira no CMDCA ali pela manhã, né, quem vai para as comissões. E logo depois do almoço, a gente vai arrumar a sala lá do da Casa dos Conselhos. Feito isso, a gente pretende, como a Francyne falou, de trabalhar em cima agora desse mês até a metade de julho ali nos projetos, né, do OP e embaixadores, para tentar dia 30, no evento do ECA, talvez fazer esse lançamento. É o nosso pensamento. Acho que é isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, então, obrigada. Agora podemos passar para as comissões? E aí podemos, eu também lembrando do edital do Cedica. Comissões? Quem pode ser a primeira? Finanças? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Posso passar rapidinho o Cedica? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

(Topogigio) – Presidente do CMDCA: Pode ser, Pri. Fale. **Luciana Tietbohl, Administrativo SMIDH:** Carol, assim, desculpa, presidente. Aconteceu dois encaminhamentos hoje, agora há pouco, agora faz um minuto o outro, referente ao edital. Eles encaminharam intempestivamente. A Beit Shalom informou que encaminhou para o e-mail direto do Cedica e aí hoje encaminhou, era 2 horas, para o e-mail do CMDCA pedindo para analisar o plano de trabalho. E agora recebi da AMORBI também um plano de trabalho referente ao edital. Então, tem essas duas OSCs que encaminharam fora do prazo. Eu tinha passado para a Priscila sobre a Beit Shalom, mas agora chegou neste exato momento o outro aqui. Então, só para passar a situação, Carol, que tem duas OSCs aqui que encaminharam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu levo para vocês da plenária, por mim tanto faz, porque, como eu digo, não é algo que nós vamos receber o recurso nem nada, tá? Se vocês acharem que é válido, a gente pode olhar, dar uma analisadinha durante a plenária e a última coisa a gente passa daqui a pouco. Pode ser? Ou não? Ou a gente nem olha porque está fora do prazo? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Pode passar, então, a Comissão de Registros e eu tento olhar esses dois enquanto daí a gente passa depois. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, ok. Obrigada. Então, Comissão de Registros.

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa: Posso começar. O primeiro processo é o SEI é 23.0.000057094-0. É **LAR SANTO ANTÔNIO DOS EXCEPCIONAIS**. Então, foi realizada a análise dos documentos. Está tudo ok e o atendimento é atendimento direto, PCDs. E aí eu coloco para votação se vocês aprovam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida, pessoal? Podemos colocar em votação? Em votação, quem é favorável, por favor, levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** O próximo é o SEI 24.0.000106354-1. É **AÇÃO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E CULTURAL CATAVENTOS**. Ele é um atendimento direto. Então, eu olhei, o atendimento dele é Pró-Rede, Sara. A documentação está toda ok. E aí eu coloco para aprovação em plenária o recadastramento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, em votação. Quem

é favorável? Ok, podem baixar. Aprovado também. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Outro? **Fabrízia Demo, Parceiros Voluntários: ASSOCIAÇÃO MULHERES DE NOSSA SENHORA APARECIDA**. O SEI 22.00000.60337-0. Também foi analisado, a documentação está toda correta. É educação infantil e serviço de convivência de 6 a 14 anos. Então, para aprovação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Em votação. Ok, podem baixar. Aprovado também. Outro? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Mais algum, Paulinho? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim, vamos lá que o SEI é o 23.0.000042247-9. Da OSC **INSTITUTO ÉRIQUE**, por recadastramento. Após análise do formulário e da documentação enviada, a comissão de registro declara que a OSC está apta a receber o atestado de funcionamento 2025-2027 na modalidade de atendimento direto com o seguinte serviço: programa de aprendizagem profissional do jovem aprendiz. A atual gestão é até 2031. Então, está tudo ok e atualizado. Então, para aprovação ou desaprovação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, podemos colocar em votação. Então, quem é favorável, levantar a mão. Ok, também aprovado. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Obrigada. Próximo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Próximo é o SEI 23.0.0000.49409-7. O nome da organização é **ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES ESTRELA DE BELÉM** para o recadastramento. Então, após a análise do formulário e documentação enviada, a comissão de registro declara que a OSC está apta a receber o atestado de funcionamento 2025-2027 na modalidade de atendimento direto com o seguinte serviço: é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 14 anos. A gestão vai até 2026 e está tudo ok documentalmente, atualizado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, em votação. Ok, podem baixar. Aprovado também. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim. A organização é **FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL - RS**. Recadastramento. Então, após a análise do formulário e da documentação, a Comissão de Registros declara que a OSC está apta a receber o atestado de funcionamento 2025-2027, na modalidade de atendimento direto, com os seguintes serviços: serviço especializado em abordagem social do CREAS, que é Ação Rua; o Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos, Serviço de Convivência de 6 aos 15 anos; e Serviço de Convivência, Trabalho Educativo, de 15 aos 17 anos. A gestão vai até agosto de 2027 e está atualizada a documentação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, em votação. Podem baixar. Aprovado também. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E a última é o SEI 23.0.0000.48830-5. A organização é **FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR**, para o recadastramento. Um parêntese, né? Então, há uns 3, 4 anos, essa instituição estava recebendo um atestado com dois serviços, que era o serviço de trabalho educativo e aprendizagem profissional. Então, a gente que conhece a instituição, questionou, assim, fora do sistema, por outro meio, por telefone. Então, o que foi acertado com eles, que eles, então, enviassem uma declaração afirmando que não tem esse tipo de serviço, que não tinha o trabalho educativo. Então, eles enviaram hoje. Então eles só atendem o programa socioaprendizagem profissional, que é o Jovem Aprendiz. Então, o próximo atestado dele vai só esse programa. A gestão vai até agosto de 2027 e documentalmente está tudo ok. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, em votação. Ok, aprovado também. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Podem baixar. Tem mais um ali. **Francyne da Rosa, CEMME:** Recadastramento, então, da **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL**, SEI 24.0.000005548-0. A OSC encaminhou toda a documentação. Eu havia solicitado o comprovante de endereço do representante legal atualizado porque estava antigo. A OSC, eles se equivocaram, né, em colocar de forma indireta, mas eles têm o Pró-Rede de forma direta, que é um projeto de contação de histórias. Então, a documentação está correta para o recadastramento do Pró-Rede, projeto de contação de histórias da Federação Espírita. Está apto para a renovação do atestado de funcionamento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, em votação. Ok, aprovado também. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Podem baixar. Comissão de Finanças? Ou Políticas, não sei se tem alguma coisa da Políticas.

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Políticas, nós avaliamos dois processos e um deles foi encaminhado para Finanças. Foi isto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**

Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Ok. Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários: Bom, Finanças ficou com a análise dos projetos do CEDICA. Então, a gente vai passar aqui a análise. Recebemos nove processos. O **LAR ESPERANÇA DE PORTO ALEGRE**, o projeto Espaço de Vivência e Fortalecimento de Laços Afetivos para Crianças em Acolhimento Institucional. Está com registro ok, plano de trabalho ok, está tudo certinho, então esse está apto para passar. O segundo projeto é do **CENTRO RENASCER DA ESPERANÇA INFANTO-JUVENIL DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, SOCIAL, EDUCACIONAL E ESPORTIVO**. Está tudo certinho. O projeto é sustentabilidade da OSC Renascer da Esperança, mas o termo, o plano de trabalho não está assinado. É o único ponto de atenção. **AÇÃO SOCIAL DE FÉ**, projeto Cuidar e Incluir, atendimento terapêutico interdisciplinar para crianças com transtorno do neurodesenvolvimento no serviço de convivência. Ele está com o registro ok, plano de trabalho ok e o restante dos documentos também está tudo apto. **INSTITUTO DO CÂNCER INFANTIL** - Coragem para vencer o câncer infantojuvenil. Também registro e demais documentos estão ok. **CASA DA CRIANÇA ALGODÃO DOCE**, Projeto Multiplica Algodão Doce. O atestado de funcionamento está vencido desde abril. Os demais documentos estão ok. **ASSOCIAÇÃO REDE BRILHE**, Projeto Hope Sports. Ele está também com atestado ok, plano de trabalho ok, mas no atestado não consta qual o programa que eles são registrados. Só tem ok para o atestado de funcionamento, então fica essa dúvida. A **ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES ESTRELA DE BELÉM** está com registro e os demais documentos ok, mas não preencheram os dados de pagamento, os dados bancários no plano de trabalho. **CLUBE DE MÃES DA VILA UNIÃO**, Projeto Recomeçar, registro e plano de trabalho e demais documentos ok. **ASSOCIAÇÃO BEIT SHALOM**, o projeto é o BS7 Pro. Também está com registro ok, documentos ok e o projeto também está com tudo ok no nosso checklist. E o projeto último da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA RUA BENTO BECKER**, o projeto é O direito é de todos e somos todos direito. O ele está com o plano, o registro está vencido desde agosto de 2023. E eles também não colocaram dados bancários e nem assinatura no documento. E era isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Qual é a instituição que está com o atestado vencido? **Priscila Balestrin,**

Parceiros Voluntários: A MORBI e a Casa da Criança Algodão Doce. A Casa da Criança Algodão Doce é de abril de 25 o vencimento e a MORBI é agosto de 23. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A do Algodão Doce deve ser por causa da ata, que na verdade era para ser até junho. Aí deve ser por causa da ata que eles fizeram a atualização. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É. Bem isso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que a Algodão Doce também, ela está ativa com a prefeitura, tem convênio, ela é aqui da Lomba. Então, eu acho que é só questão de ata mesmo, acho que dá para só comunicar que tem que atualizar a documentação. Não é impeditivo para mim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, eu também entendo isso. Só a AMORBI, que está de 2023, que daí é mais complicado, né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu colocaria uma condicionalidade, comunicar a AMORBI, se ela atualizar, aí a gente tem ainda tempo, mas tem um prazo de urgência, interesse deles. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, acho que seria este encaminhamento também. Porque eu passaria, por exemplo, todos, né, e aí colocaria menos a AMORBI na resolução e aí uma resolução depois... Só que até o dia 23, né, para fazer o a prorrogação, não é? Acho que é até o dia 23. É. Na verdade, se for até o dia 23, é agora. Então, algum, alguém tem algum outro tipo de encaminhamento ou a gente vota nos que estão aptos, incluindo a do Algodão Doce e aí a AMORBI a gente vota depois? Eu não colocaria em relação à resolução, eu colocaria em relação de que ela está com a documentação há muito tempo vencida. Na verdade, se a gente for pela Resolução 100... Como é o nome? Ela está com o período cancelado, registro cancelado, né, ou irregular aqui. Então, é diferente da instituição do Algodão Doce ali, que ela atualizou em 2025, né? Então, podemos fazer essa votação, colocar as instituições que estão aptas, votar e aí depois a gente vota em relação à AMORBI, pode ser? Então, quem está favorável à indicação das instituições para o edital do CEDICA? Ok, então, **APROVADO POR UNANIMIDADE** as instituições. Agora vamos votar em relação à AMORBI, tá? AMORBI, vamos votar dela participar do edital do CEDICA, corrigindo a documentação ou ela não participar do edital do CEDICA porque ela está... Esqueci o nome de novo, mas ela não está com a documentação completa ou apta para poder participar. Então, para quem acha que ela tem que participar agora, arrumando a documentação, levante a mão. Então, tem 06

pessoas em que votaram, no caso, que ela deve participar... 05 pessoas. Então, que ela deve participar com a documentação que está, não corrigida. Agora baixem as mãos. E agora, quem acha que ela não pode participar porque ela está com a documentação não atualizada, não corrigida. Mais alguém vai votar? Não? Então, tem 03 votos que ela não deveria participar. Tem quem se absteve, gente? Quem é que se absteve aqui? Então, uma abstenção. Então, foi votado de que ela pode participar e que tem que ser apontado para ela de que ela vai ter que arrumar essa documentação sobre a AMORBI. Está? Então, foi aprovado. **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO**. Está? Mais algum outro assunto? Mais alguma outra comissão? Mais alguma coisa, gente? Não? Então, gente, muito obrigada. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não esqueçam do lanche dos jovens, quarta-feira. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isto. Comida, comida, comida. Tá, gente? Obrigada, então, até. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Bom feriadão para quem vai fazer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Amém! Beijo! Tchau, tchau.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.